

Texto para a Tribuna Popular, lido dia 2 de julho na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre/RS

*Presidente dessa Casa, Sr. Mauro Pinheiro, Senhor Paulo Brum, 1º vice-presidente, senhora Jussara Cony, 2ª vice presidente, no nome dos quais saudamos o conjunto dos vereadores da Casa, população de Porto Alegre, recebam a saudação dos técnico-administrativos em educação das instituições de ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Trabalhadores destas instituições representados pela Assufrgs Sindicato, que ocupam hoje a Tribuna Popular desta casa dos representantes da cidade de Porto Alegre. Comunicamos que completa hoje 36 dias de greve nacional de nossa categoria. Na capital, as três instituições onde atuamos tem paralisação de boa parte dos serviços prestados a estudantes e comunidade acadêmica. As entidades estudantis, como a União Nacional dos Estudantes e o Diretório Central de Estudantes da UFRGS, manifestaram apoio ao movimento. Os docentes dessas instituições já deflagraram adesão ao movimento, demonstrando que a tendência é a paralisação total dessas instituições. No País, atualmente, 65 instituições federais de ensino estão em greve. Trazemos a preocupação desses trabalhadores para que a negociação ocorra **a bom termo**. A ausência de nossos serviços são sentidos pela comunidade, mas,*

infelizmente, a única forma de *pressão* que *encontramos* para abertura de negociação é a greve, pois o direito constitucional à negociação coletiva e à data-base até hoje não foi regulamentado. *Pautas estas que há muitos anos vem sendo reivindicadas*. Nossas reivindicações são Data-Base, Política Salarial, Reposição das perdas inflacionárias de 27,3%, universidade aberta em três turnos com jornada de 30 horas para todos, reposicionamento dos aposentados e aprimoramentos no plano de carreira. Foi só com a nossa greve que conseguimos uma primeira proposta do governo ao conjunto do funcionalismo federal no dia 25 de junho. *Aliás, como sempre ocorreu, pois as conquistas do funcionalismo público só acontecem após muita luta*. Nesta greve, a proposta de 21% de reajuste parcelado em 04 anos (que está sendo chamada de “proposta indecente”) *foi rechaçada pela categoria e pelo conjunto do fórum de entidades do serviço público federal*, temos reunião marcada para o dia 7 de julho, onde esperamos avançar nessa negociação. Nosso movimento é contrário aos ajustes fiscais do governo Dilma, que acabam por jogar nas costas dos trabalhadores o peso da crise econômica mundial que abala a economia brasileira, ao mesmo tempo em que dá segurança ao mercado que exige o ajuste. Os cortes *de mais de* 09 bilhões no orçamento da educação federal comprometem a expansão e interiorização *do campi de cada IFES*. Nosso movimento, longe de ser meramente corporativo, reivindica que o efetivo cumprimento do lema "Pátria

Educadora" ocorrerá com investimentos progressivos na educação e na valorização dos trabalhadores da educação. Esperamos que seja produtiva a reunião do dia 07 próximo em relação ao debate de nossa pauta. **A regulamentação da negociação coletiva, a definição de política salarial e data base e a pauta específica da FASUBRA, que envolve pontos de impacto financeiro e pontos que são reivindicações negociais sem impacto financeiro, inclusive envolvendo o debate sobre a democratização da Universidade que possui um grande valor para o conjunto da categoria.** É de suma importância ainda, para nós, o tema do reposicionamento dos aposentados de nossa carreira, **um item** histórico que tem a ver com a valorização e a dignidade de nossos colegas que construíram com seu trabalho as instituições de ensino e agora merecem dignidade na sua aposentadoria. Reivindicamos a valorização de nossa carreira. **Essa valorização passa por uma política de valorização de nosso piso salarial, pois são mudanças que repercutem para ativos e aposentados.** Também gostaríamos que fossem implementadas medidas que visassem a corrigir as disparidades entre as carreiras do Executivo. Em um país cujo lema é a pátria educadora, por que o trabalho com educação é menos valorizado do que outras áreas do executivo? Uma medida concreta no caminho da correção dessas disparidades seria a isonomia salarial e de benefícios no executivo federal. Essa medida apontaria para o sentido da valorização do trabalho com

educação, evitando a fuga de quadros de nossa carreira, que evadem em busca de carreiras melhor remuneradas pelo próprio executivo, sem contar *pelos* demais poderes. Queremos ainda negociar com o governo a *adoção* de formas mais democráticas de gestão das instituições federais de ensino. Na contramão de muitas de nossas instituições, a UFRGS e a UFCSPA sequer possuem eleição paritária de seus reitores, o que é um evidente anacronismo. Nós precisamos corrigir essa distorção inaceitável. Porque existe diferença de peso de votos entre estudantes, técnicos e docentes, sendo que na nossa democracia o voto é igual para todos? A eleição paritária é fundamental para democratizar a gestão das universidades. Queremos ainda instituições federais de ensino abertas nos três turnos, possibilitando um maior atendimento à comunidade, em especial aos trabalhadores e seus filhos, medida que tem se comprovado eficiente onde foi implementada, como no caso da Universidade Federal da Bahia, UNILA e várias outras IFES. Outro tema que nossa greve insere na agenda *e que vem* se arrastando desde o acordo de nossa greve de 2012, tem a ver com a questão da Terceirização. Nós somamos à campanha que tem mobilizado setores expressivos da sociedade contra a aprovação do projeto de lei que tramita no senado a respeito da terceirização. Por isso, lamentamos que o Grupo de Trabalho instituído no acordo de greve de 2012 sobre terceirização não tenha avançado. Assistimos diariamente os efeitos daninhos da terceirização nas

*instituições federais de ensino. Só para pegar o exemplo da UFRGS, hoje temos cerca de três mil trabalhadores terceirizados no quadro, enquanto apenas dois mil e quinhentos técnico-administrativos concursados, ou seja, a mão de obra terceirizada já supera a mão de obra concursada. Não somos contra os terceirizados, mas contra a terceirização. Nossos colegas terceirizados são mal remunerados, tem **péssimas condições de trabalho**, o que resulta em **serviços prestados à população cada vez mais precários**, e que saem mais caros aos cofres públicos. Somos contra a terceirização porque ela prejudica os trabalhadores, a comunidade atendida e as instituições de ensino. Por isso, queremos retomar a agenda de abertura massiva de concursos público para todos os cargos previstos em nossa carreira. A forma que temos para apresentar essa agenda à sociedade e ao governo é a única forma que nos resta, a greve. Por isso suspendemos as atividades em setores importantes de nossa Universidade. A nossa greve serve com um sinal de alerta para evitar um prejuízo maior e mais permanente, que advém do corte de recursos **para** educação, com o avanço indiscriminado da terceirização. A população quer e precisa de mais serviço público, e não de seu desmonte. À medida que a mão de obra de nossas instituições federais de ensino vai sendo substituída por mão de obra terceirizada, **passa a se precarizar** a qualidade desse serviço, e vai morrendo aos poucos o sentido da educação pública, gratuita e de qualidade. Nós suspendemos hoje as*

*atividades para que elas não venham a ser interrompidas definitivamente. Conclamamos os vereadores, representantes eleitos pela população de Porto Alegre, a apoiarem o legítimo movimento grevista dos técnicos administrativos das instituições federais de ensino, bem como suas pautas de reivindicação. Saudamos o apoio já demonstrado pelas vereadoras Jussara Cony do PCdoB, Fernanda Melchiona do PSOL e Sofia Cavedon do PT, que se solidarizaram publicamente com o movimento. Queremos contudo, que a Câmara como um todo fizesse uma moção de apoio reforçando o pleito junto ao governo federal pela efetiva negociação de nossa pauta. Aproveitamos a oportunidade para convidá-los para Audiência Pública sobre os cortes da educação federal e a pauta dos servidores em greve que será realizada dia 13 de julho, às 10h30min, no Plenarinho da Assembleia Legislativa. A Audiência, que ocorre por nossa iniciativa acolhida pela ALERGS, visa promover o debate com todos os entes interessados na resolução do impasse causado pela greve nacional. Nossa categoria segue unida em greve e acolhe com entusiasmo todas as medidas que visem à solução do impasse mediante a negociação efetiva da pauta apresentada. Não se faz uma Pátria Educadora sem a valorização dos trabalhadores em educação e por isso lutamos “por uma pátria realmente educadora!” **Muito obrigado.***